Ano VII - Nº 4.327

Quinta-feira, 10 de Julho de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Novos vereadores: Paulo Magalhães, Alcindo e Beca

Os três suplentes tomaram posse na manhã de quarta-feira (9), no Salão Nobre da Câmara

Foto: Antonio Queirós



Os vereadores Heber Santana, David Rios e Alan Castro se licenciaram por 120 dias e sem remuneração para dedicar mais tempo às suas campanhas para a Assembleia Legislativa da Bahia. **Leia mais na página 3**

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Fabíola Mansur
fabiolamansur@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Arnando Lessa
arnandolessa@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretária:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Corregedor Geral:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

Ouvidora Geral:
Aladilce Souza
aladilcesouza@cms.ba.gov.br

Ouvidor Substituto:
Everaldo Augusto
everaldoaugusto@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Barraqueiros desempregados de Itapuã constituem associação

Vereadora Tia Eron defende os direitos do grupo que ficou fora do processo de modernização das praias

Quarenta barraqueiros se reuniram no dia 4 de julho, em Itapuã, com o objetivo de fundar a Associação dos Barraqueiros e Vendedores Ambulantes de Salvador. Essas pessoas, segundo a vereadora Tia Eron (PRB), que desde o início tem apoiado o movimento, "ficaram fora do processo de modernização das praias que a prefeitura de Salvador promove para reorganizar a orla da cidade e não receberam material de trabalho".

Como já estão há mais de 60 dias sem trabalhar nas praias de Piatã, Jaguaribe, Ipitanga e Itapuã, resolveram sair em busca de seus direitos através do trabalho em associação.

Durante a reunião, que contou com a presença do assessor da vereadora, Paulo Paraíso, ficou decidido que a empresa MBM Soluções Empresariais vai dar todo o suporte jurídico e administrativo à instituição. A presidente da MBM, Maristela Meneses, frisou que esses desempregados vão receber todo o apoio necessário para reconquistarem seus direitos de trabalhar na praia.

Fotos: Assessoria da vereadora



Direito aos kits

"No processo de revitalização da orla, essas pessoas ficaram sem direito ao trabalho e agora como estamos fortes solucionaremos todos os problemas", disse Maristela. A partir da constituição da associação, os barraqueiros vão ter acesso facilitado aos órgãos da prefeitura e, de acordo com Vanessa Santos, coordenadora do Centro Empreendedor Municipal (CEM), todos precisam ter cadastro na instituição para ter 100% de atendimento.

O órgão disponibiliza serviços como entrada em alvará de funcionamento, formação e capacitação de empreendedores. A principal reivindicação do grupo é ter direito ao kit praia (20 mesas, 40 cadeiras, toldo e caixa térmica) e a licença para desenvolver o trabalho na areia da praia.

Há 20 anos trabalhando na areia da praia de Piatã, Geraldo Argemiro diz que "agora teremos dignidade, pois somos fortes e temos objetivo". Segundo o representante de Tia Eron, Paulo Paraíso, a vereadora continuará apoiando o grupo por entender que "essas pessoas precisam ter seus direitos garantidos e um deles é o de trabalhar dignamente".



Paulo Magalhães, Alcindo e Beca assumem mandatos na Câmara

Suplentes ocupam as vagas dos vereadores licenciados Heber Santana, David Rios e Alan Castro

Foram empossados na manhã de quarta-feira (9), em solenidade no Salão Nobre da Câmara, os suplentes de vereador Everaldo Lopes dos Santos (PTN), mais conhecido como Beca, e os ex-vereadores Paulo Magalhães Júnior (PSC) e Alcindo da Anunciação (PT). Eles ocupam, respectivamente, as vagas dos vereadores Alan Castro (PTN), Heber Santana (PSC) e David Rios (Pros), licenciados sem remuneração por 120 dias.

Fotos: Antonio Queirós



Solenidade de posse dos vereadores Paulo Magalhães Júnior, Alcindo da Anunciação e Beca

O retorno à Câmara, para o vereador Paulo Magalhães Júnior, que chega ao quarto mandato, representa "a continuação do trabalho para melhorar as comunidades carentes de Salvador". Após a assinatura do termo de posse, em discurso, agradeceu a todos que estiveram ao seu lado nos momentos difíceis da vida pública e creditou à última administração do Executivo a renovação de 50% da Casa, repercutindo na suplência.

"A Câmara transmite o clamor da cidade e somos procuradores da população de Salvador", discursou o vereador Alcindo da Anunciação, que assumiu na Casa o quarto mandato. Ainda em sua fala, frisou que manterá uma "postura independente" e "votará conforme a consciência e em projetos que sejam de interesse da cidade".

Debutante

Debutante na Câmara de Salvador, o vereador Beca disse que trabalhará pelas comunidades do Luiz Anselmo, Cosme de Farias, Vale do Matatu e Vila Laura, buscando melhorias para a "saúde, educação, saneamento básico, transporte e segurança". Fez vários agradecimentos, sobretudo ao vereador Alan Castro, lembrou que chorou quando perdeu a eleição por 47 votos, ficando na suplência, e frisou que reforçará a bancada do governo.

O presidente da Casa, vereador Paulo Câmara (PSDB), deu boas-vindas aos três vereadores empossados, prevendo a possibilidade de os mandatos serem mantidos até o final da 17ª Legislatura, em dezembro de 2016, com os vereadores licenciados eleitos deputados. Disse ainda que "todos os vereadores cumprem o seu papel de trabalhar por Salvador e que a Câmara é uma Casa independente e harmoniosa com o Executivo Municipal".

Em nome do prefeito ACM Neto, o secretário municipal João Roma deu também boas-vindas aos três vereadores empossados e reafirmou a harmonia que existe entre a Câmara e a prefeitura.



Licença

Os vereadores Alan Castro, Heber Santana e David Rios se licenciaram por 120 dias e sem remuneração para dedicar mais tempo às campanhas rumo à Assembleia Legislativa da Bahia.

Na solenidade prestigiada por familiares, amigos, deputados estadual e federal, populares e secretários municipais, o vereador Orlando Palhinha (DEM) fez a leitura do termo de posse e Alcindo da Anunciação o termo de juramento.

Os vereadores Alberto Braga (PSC), Alfredo Mangueira (PMDB), Geraldo Júnior (SDD), Trindade (PSL), Odiosvaldo Vigas (PDT), Pedrinho Pepê (PMDB), J. Carlos Filho (PT), Arnando Lessa (PT), Tiago Correia (PTN), Carlos Muniz (PTN), Kiki Bispo (PTN) e Alemão (PRP) conferiram a posse dos novos colegas.

Vereador lamenta adiamento de julgamento de ADIN contra IPTU

Trindade lembra que ação foi protocolada pelo PSL, em fevereiro, defendendo direitos dos contribuintes

O vereador Trindade (PSL) se mostrou insatisfeito com a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), em sessão realizada na manhã de quarta-feira (9), de adiar o julgamento da liminar que pede a suspensão dos efeitos da lei do IPTU em Salvador e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) movidas por diversas instituições, sendo a primeira ADIN protocolada pelo PSL. A votação foi remarcada para o dia 30 de julho.

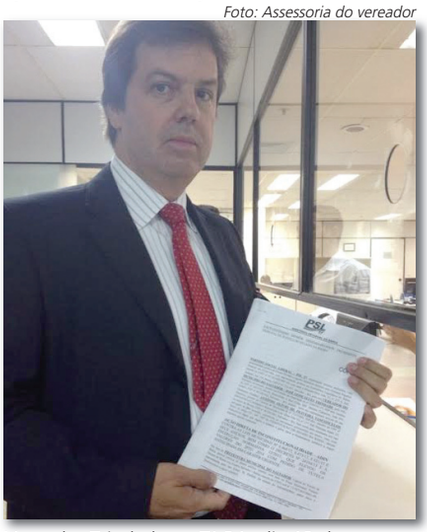
Em 12 de fevereiro Trindade protocolou, em nome do PSL, a ADIN nº 0002398-17.2014 contra as Leis Municipais nº 8.464/13, 8.473/13, 8.421/13 e seus anexos, bem como contra o Decreto nº24194/13 e a Instrução Normativa nº12/2013, que alteraram as características de cobrança e elevaram os valores do IPTU. Todas as alterações, segundo o vereador, ferem diversos artigos da Constituição Estadual, além de contrariar preceitos da Constituição Federal e princípios tributários.

Tempo curto

"A população recebeu o carnê faltando menos de uma semana para o vencimento, com curtíssimo tempo para protesto, e só tomou conhecimento das possíveis alíquotas que incidiriam sobre o seu imóvel no final de dezembro do ano passado, através de uma instrução normativa, que vai contra o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena, que institui 90 dias como prazo legal para que decisões desta alçada entrem em vigor", enfatiza Trindade.

Ele considera inaceitável que após 20 anos sem reajuste, o Poder Executivo decida aumentar o valor retroativo referente a todos estes anos, o que fere outro principio, o da razoabilidade: "Esperava um posicionamento diferente, mas confio na decisão do TJ-BA e sei que a população ainda verá a justiça ser feita em relação a esse aumento abusivo".

Foto: Assessoria do vereador



Vereador Trindade no TJ-BA, dia 12 de fevereiro, quando protocolou a ADIN

A solicitação da desembargadora Sílvia Zarif de postergar o julgamento foi baseada na justificativa de que o relatório e o parecer do Ministério Público Estadual não foram distribuídos para todos os desembargadores, o que vai contra o regimento interno (artigo 228) do Tribunal de Justiça. "Entendo que o TJ está com uma grande responsabilidade em mãos e sei da importância de uma avaliação detalhada de todo o processo, mas não podemos esquecer que houve casos de aumento de até 1.000% nos carnês de cobrança do IPTU em relação ao valor no exercício de 2013. Alguns contribuintes não tiveram como quitar os valores cobrados", argumenta o vereador.

Se o problema é o incremento de receita, questiona, "por que não ampliar a base de contribuintes do ISS, maior tributo municipal, cobrando-o de prestadoras de serviços como bancos, financeiras e planos de saúde?". Outra fonte de renda que pode ser incrementada, na sua opinião, é o IPVA, que, conforme prevê a Constituição de 88, metade do valor arrecadado deve ser repassado para o município em que o carro for emplacado.

"Então, por que não concentrar esforços na fiscalização em conjunto com o Governo Estadual para intensificar a cobrança já que a cidade tem uma frota em torno de 800 mil veículos?", interroga Trindade. Outra forma de incrementar a receita, aponta ele, é estabelecer um efetivo programa de recuperação da dívida ativa que hoje beira 10 bilhões de reais. Essas medidas compensariam a diferença do IPTU, possibilitando a elevação do nível de investimento na saúde, educação e infraestrutura da cidade. "Será que Salvador realmente precisa sacrificar seus cidadãos?", enfatiza Trindade.

A ADIN - Apesar de algumas entidades representantes de diversos segmentos da sociedade civil terem se manifestado através da imprensa e julgado o reajuste exorbitante, nenhuma delas efetivamente buscou o Poder Judiciário a fim de solucionar o que se entende como cobrança inconstitucional antes do vereador Trindade, o primeiro a entrar com a ação no TJ em nome do PSL. "Busquei zelar pelos direitos da população que vêm sendo ignorados. Vale ressaltar que, considerando a falta de capacidade contributiva das pessoas, este imposto passa a ter um efeito confiscatório, caracterizando uma subtração de patrimônio. Precisamos sim ser implacáveis com os inadimplentes e com os sonegadores", defende Trindade.

Geraldo Júnior repercute projeto "Esporte em Trânsito"

Proposição do vereador incentiva ações educativas e cria área de treino para ciclismo

O vereador Geraldo Júnior (SDD) repercutiu na Câmara de Salvador o projeto piloto "Esporte em Trânsito", de sua autoria, que tem como objetivo a educação no trânsito e a criação de áreas de treino para o ciclismo. Ele destacou que membros da Federação Baiana de Ciclismo aprovaram a iniciativa apresentada ao superintendente da Transalvador, Fabrizzio Muller.

Conforme o vereador, o superintendente sinalizou positivamente e deve viabilizar o projeto no canteiro central da Avenida Magalhães Neto, na Pituba, o que prevê placas de sinalização e pintura especial na via e com informações de que a preferência é para o ciclista. "As ciclofaixas são importantes para a cidade e não adianta ter os equipamentos se o local não estiver apropriado para o uso", frisou.

Foto: Valdemiro Lopes



Vereador Geraldo Júnior

O vereador Geraldo Júnior solicitou, ainda, o empenho da prefeitura e de órgãos relacionados para educar e proteger a vida dos ciclistas.

Congregação das Irmãs Filhas da Igreja

Vereador J. Carlos Filho propõe utilidade pública para congregação religiosa

Por meio de Projeto de Lei nº 94/14, o vereador J. Carlos Filho (PT) propôs a concessão de utilidade pública municipal à Congregação das Irmãs Filhas da Igreja. Ele justificou que a entidade desenvolve um importante trabalho social junto à comunidade, contribuindo para o bem estar dos moradores.

"A Congregação atua assegurando a formação humana, espiritual, cultural e social, repercutindo no fortalecimento da vida contemplativo", destacou o vereador J. Carlos Filho, lembrando também que "a entidade não tem fins lucrativos".

Conforme o vereador, a entidade ainda assegura atendimento e tratamento adequado aos membros idosos e doentes, promovendo encontros, retiros, cursos, seminários, simpósios e congressos. "Além disso, publica obras e promove edição de livros, revistas, material audiovisual, visando à evangelização e a pedagogia, por tabela, valorizando a cultura brasileira e as diversas culturas", acrescentou.

Fotos: Valdemiro Lopes



Vereador J. Carlos Filho

Proposta renova utilidade pública de associação de Paripe

Vereador Isnard Araújo destaca trabalho do Clube de Mães e Creche Escola Cristo Lírio dos Vales

Por meio de Projeto de Lei nº 133/14, o vereador Isnard Araújo (PR) propôs a renovação do reconhecimento de utilidade pública municipal do Clube de Mães e Creche Escola Cristo Lírio dos Vales, no bairro de Paripe, a fim de ampliar as ações da associação e obter maiores condições de atender a comunidade. O vereador justificou que a entidade tem contribuído para o bem-estar social e lutado em favor dos associados e moradores da região.



Vereador Isnard Araújo

"Tem incentivado o esporte e a cultura em todas as suas formas e atuado no aprimoramento moral, educativo, recreativo, artístico, cientifico e religioso da comunidade soteropolitana, através de cursos profissionalizantes e seminários de capacitação para os cidadãos", frisou.

Ainda conforme Isnard, a entidade presta serviço de assistência à saúde através de convênios firmados com instituições públicas e privadas, desenvolve ações visando a combater e prevenir o uso de drogas, bem como promove a ressocialização de pessoas com dependência química.

O vereador destaca também que o Clube de Mães e Creche Escola Cristo Lírio dos Vales promove ações de preservação e proteção ambiental e trabalha para assegurar os direitos do cidadão da terceira idade, bem como da criança e do adolescente.

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE DA MESA

ATO N.º 513/2014 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE:** Aposentar a Sra. **MARIA CRISTINA PEREIRA DE MELO**, cadastro n.º 2.009, no cargo de Assistente Legislativo Municipal, Nível 5, Classe C da Tabela 3, do Quadro de Pessoal desta Câmara Municipal de Salvador, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003**,** cabendo ao Instituto de Previdência do Salvador - PREVIS, fixar os proventos de sua aposentadoria na forma da legislação pertinente, observada a regra de reajustamento do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Salvador, 09 de Julho de 2014.

PAULO CÂMARA
Presidente

ARNANDO LESSA
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA DIRAD.

RESUMO DE ADITIVO

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 025/2010

PROCESSO DE ORIGEM	CMS 979/2010
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR
CONTRATADA	NUTRICASH SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO AO TRABALHADOR LTDA.
OBJETO	Prorrogação por 12 (doze) meses, contados a partir de 11 de junho de 2014.
BASE LEGAL	Art. 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.00
DATA DE ASSINATURA	11/06/2014
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Rosane de Freitas Manica – Contratada
TESTEMUNHAS	Marco Souza Rafael de Aguiar

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador *www.facebook.com/camaradesalvador*

